

Haddad evita uso de reserva internacional

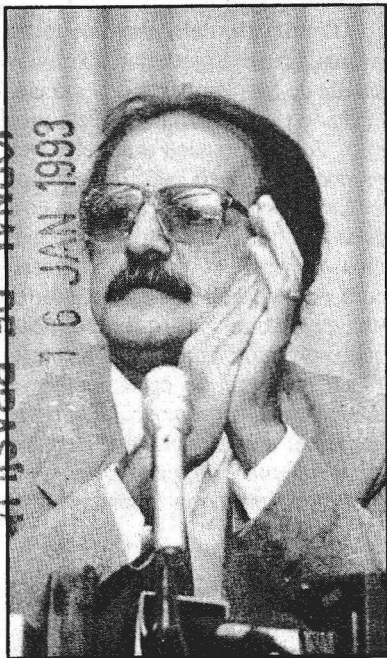
Economia - Brasil

Arquivo

O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, apresenta ao presidente Itamar Franco, na segunda-feira, um estudo preparado pelo Banco Central demonstrando que as reservas internacionais não devem ser usadas para despesas fiscais, como recuperação de estradas. Uma das alternativas propostas no documento é usar parte desses recursos — US\$ 24,4 bilhões em ouro, dólar e outras moedas fortes — como lastro de títulos de longo prazo para a rolagem da dívida interna. Os novos papéis substituiriam os títulos atuais que têm vencimento diário. “Essa é uma idéia criativa sugerida pelo deputado José Serra e outros economistas. No entanto, o lançamento desses papéis depende de confiança e credibilidade da sociedade”, explicou o ministro.

Haddad não quis prever quando o governo poderá lançar títulos de longo prazo, por acreditar que a economia está dominada por expectativas e, por isso, é impossível dizer quando a sociedade terá confiança na política de estabilização. “Esse lançamento teria que ser feito através do mercado e, antes disso, precisamos de um sistema financeiro mais organizado, equilíbrio e clareza das contas públicas, e de uma solução para os passivos de estados e municípios com a União, entre outros”, disse o ministro.

A sugestão de usar cerca de US\$ 4 bilhões das reservas para obras em estradas foi apresentada ao presidente Itamar Franco pelo ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto, na terça-feira. O estudo do BC mostra que a transferência de parte das reservas ao Tesouro para custear despesas do Tesouro é inconstitucional. O BC, gestor das reservas, está proibido de financiar o Tesouro desde a promulgação da



Haddad recorre a texto do BC

Constituição de 1988, que mudou as relações entre os dois desde que Delfim foi ministro.

Além do obstáculo constitucional, a equipe econômica teme pelos efeitos inflacionários do uso das reservas. A colocação de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões no mercado (em cruzeiros, no caso) aumentará significativamente a quantidade de dinheiro em circulação, afetando o combate à inflação. Para o presidente Itamar Franco, Delfim Netto afirmou que se poderia injetar na economia de US\$ 50 milhões a US\$ 100 milhões por mês, sem afetar a política antiinflacionária. “Os efeitos monetários dessa colocação são inegáveis”, afirma Haddad, com base no estudo do Banco Central. “As reservas devem garantir as importações, contratos com credores, eventuais contingenciamentos, e ser aplicadas numa política de estabilização”.